

# Por uma outra classificação: gêneros discursivos jornalísticos e gêneros discursivos jornalísticos

Lia Seixas

**Resumo:** Este artigo representa nossa tese de doutorado, para a qual o gênero jornalístico é uma enunciação relativamente estável, ao invés de enunciado relativamente estável, no dizer de Bakhtin. O gênero do jornalismo de atualidade se constitui nas combinações regulares de quatro elementos principais: 1) a lógica enunciativa; 2) a força argumentativa; 3) a identidade discursiva e 4) o mídiu. Segundo as competências empregadas pelos sujeitos comunicantes, sugerimos repensar a divisão entre gêneros discursivos jornalísticos e gêneros discursivos jornalísticos. Fundamentada na formação discursiva de Foucault, na análise do discurso (Charaudeau e Maingueneau) e na pragmática da comunicação (Austin, Searle), a pesquisa partiu das ocorrências (acontecimentos jornalísticos) e das condições extralinguísticas (condições de produção com entrevistas) em direção à compreensão da relação entre discurso e realidade. A tese analisou sistematicamente composições discursivas de seis veículos impressos e digitais de uma empresa brasileira (Grupo Folha da Manhã S.A.), uma espanhola (RCS MediaGroup, maior acionista do El Mundo) e uma francesa (Le Monde S.A.).

**Palavras-chave:** gênero jornalístico; gênero jornalístico; análise do discurso; pragmática da comunicação.

**Abstract:** *For a new classification: genres of journalistic discourse and journal discourse.* This article represents our doctoral thesis, for which the journalistic genre is a relatively stable enunciation, instead of a relatively stable statement, as Bakhtin said. The genre of journalism of topicality is built on regular combinations of four main elements: 1) the enunciative logic, 2) the argumentative strength, 3) the discursive identity, and 4) the medium. According to skills employed by the communicating subjects, we suggest to rethink the division between journalistic discursive genre and journalistic discursive genre. Based on the discursive formation of Foucault, discourse analysis (Charaudeau and Maingueneau), and pragmatic communication (Austin, Searle), the research started occurrences (events newspaper) and extra-linguistic conditions (conditions of production with interviews) toward understanding the relationship between discourse and reality. The thesis analyzed systematically discursive

compositions of six printed and digital media of a Brazilian company (Grupo Folha da Manhã S.A.), a Spanish company (RCS MediaGroup, the largest shareholder of El Mundo), and a French one (Le Monde S.A.).

**Keywords:** journalistic genre; journalistic genre; discourse analysis; pragmatic communication.

## Introdução

Aprender a fazer jornalismo é aprender a produzir gêneros jornalísticos<sup>1</sup>. O conhecimento mais profundo dos elementos que constituem os tipos mais frequentes de composições discursivas da atividade jornalística implica em maior conhecimento sobre a própria prática, sobre as competências necessárias para a realização da atividade e principalmente sobre as ações linguísticas que se pode realizar em cada composição. Os gêneros estão, assim, na gênese das finalidades institucionais desta atividade social, na essência do jornalismo moderno com a separação em *news and comments* (início do século XVIII). Mais profundamente, trata-se ainda da relação entre discurso e realidade, da dialética do evento e da significação (filosofia da linguagem) e do conceito de interpretação, um nó para a teoria de gêneros jornalísticos.

Com as novas mídias, a noção de gênero entra, mais uma vez, em cheque. Por isso mesmo passa a ser vista com mais atenção. Surgem novos formatos, se hibridizam, se embaralham os gêneros. As práticas discursivas passam a experimentar e produzir novos formatos, que podem se instituir ou não em novos gêneros. Torna-se clara a diferença entre formato e gênero. Com a multimídia da mídia digital, se explicita a separação que marcou os estudos do gênero jornalístico: por mídia. Analisam-se os gêneros televisuais, radiofônicos, digitais e do jornalismo impresso. A tradição dos estudos sobre gêneros jornalísticos trabalhou separadamente por mídia ou por domínio (área do saber). Enquanto a mídia é considerada um critério de genericidade, o domínio é colocado em segundo plano. Se acreditarmos que a diferença entre as mídias é igualmente uma diferença de gênero, não seria possível falar em gêneros do jornalismo. Só podem existir gêneros jornalísticos se o domínio for determinante para a genericidade de tipos discursivos.

Na tese, propomos sair dos critérios clássicos de finalidade/função, estilo, conteúdo para analisar a noção de gênero segundo: um conjunto de elementos intra e extradiscursivos, destacando-se o estatuto dos participantes; a relação entre discurso e realidade; e o *mídiu*<sup>2</sup>. A partir da pragmática da comunicação e da análise do discurso, analisamos

<sup>1</sup> O termo "gênero", incorporado pela comunidade acadêmica, adquiriu um sentido clássico ao longo do tempo. Nós utilizamos o mesmo termo para uma compreensão do artigo, mas reivindicamos para "gênero" um conceito mais aprofundado. O "gênero" do jornalismo deve ser pensado como composição discursiva, ou seja, através da sua dimensão discursiva.

<sup>2</sup> O termo *mídiu* é uma tradução do termo *médium*, de Régis Debray (1991). Seguimos a decisão dos tradutores de *Análise de Textos de Comunicação* de Dominique Maingueneau, para os quais *mídiu* aproxima-se da já adotada *midialogia* e pela existência de *médium* para outro conceito.

as condições constitutivas de um ato comunicativo relativamente estável da prática discursiva jornalística, pois defendemos que os gêneros discursivos constituem-se em atos comunicativos relativamente estáveis, não “enunciados relativamente estáveis” como dizia Bakhtin. Ao final, sugerimos quatro principais critérios de definição de gênero para a formação discursiva jornalística (FDJ), por Ringoot & Utard, (2005): finalidades institucionais, lógica enunciativa, força argumentativa, identidade discursiva (competências empregadas) e potencialidades do mídiu. Examinamos, ainda, se existiria uma hierarquia destes elementos, ordenando-os segundo sua força de influência na configuração da composição discursiva relativamente estável (chamado gênero).

## Finalidade institucional

Nesses pouco mais de 50 anos de estudo, os gêneros jornalísticos estiveram divididos por um critério-chave: função/finalidade. Sejam pesquisadores de impressos, televisivos ou digitais, todos defendem, com pequenas diferenças, o critério de função/finalidade para a diferenciação de gêneros. Entretanto, são diversas finalidades - relatar ou informar, comentar ou opinar, orientar, divertir - que variam muito quanto à concepção do lugar da interpretação. Marques de Melo, maior autoridade quando se trata de gêneros jornalísticos, acredita que os gêneros estão divididos em cinco autônomos:

Cinco gêneros: o gênero informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. Nos anos 80, a pesquisa que fiz só me indicou a predominância de informativo e opinativo. A maioria do pessoal lia, dizendo que eu acho que só existem 2 gêneros. Não é isso, eu identifiquei somente dois gêneros na imprensa diária. De lá pra cá, eu venho pesquisando a cada 5 anos e fui encontrando evidências de que outros gêneros foram surgindo. O gênero interpretativo, que teve uma vigência muito forte nos anos 60 e 70, desapareceu nos anos 80, voltou nos 90 e agora está se desenvolvendo muito<sup>3</sup>.

Dentre estas, a única finalidade consenso é informar. Nem mesmo opinar é consenso. Há uma divergência sobre uma operação-chave para a atividade jornalística: a interpretação. Ou seja, trata-se da relação entre sujeito e objeto, ou melhor, entre discurso e realidade operada pelo jornalismo. O mais importante, no entanto, é ressaltar que esta noção de finalidade, diretamente associada à composição discursiva (como na tradição literária) não leva em conta a diferença entre finalidade institucional e finalidade da unidade discursiva.

<sup>3</sup> SEIXAS, L. O que é jornalismo? É possível entender através dos gêneros. Entrevista realizada com o professor José Marques de Melo no blog acadêmico Gêneros Jornalísticos, 26 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.generos-jornalisticos.blogspot.com>. Acesso em 15/07/2009.

Finalidades do jornalismo para estudiosos do campo (Espanha, Brasil, EUA)							
Albertos, Martínez (1974)	Gomis Lorenzo (1989)	Núñez Ladevèze (1991, 1995)	Beltrão Luiz (1976)	Marques de Melo, J. (2006)	Bond, Fraser (1959)	Macdougall, Curtis (1963)	Meyer, Phillip (1991)
Relatar	Interpretação informativa	Informar	Informar	Informar	Informar	Transmitir informação	
	Interpretação opinativa	Ajudar a compreender o que ocorre	Orientar	Opinar	Orientar		
Analisar				Jornalismo interpretativo	Interpretar	Interpretar	Interpretação com método
			Divertir	Jornalismo diversional	Entreter		
				Jornalismo utilitário			Jornalismo público
Persuadir		Convencer					

Tabela 1 - Finalidades do Jornalismo para Estudiosos do Campo.

Para os estudos de gênero, finalidade da composição jornalística é igual a finalidade institucional. Ou melhor, essa nunca foi uma questão. Mas, para compreender o gênero discursivo, é preciso diferenciar as unidades discursivas em relação ao produto; este em relação à organização; esta em relação ao mídiu; e todos em relação à instituição da qual fazem parte. Há uma decisiva distinção entre instituição e organização, proposta por Josenildo Guerra (Guerra, 2003: 79-80). Existe o que é reconhecido socialmente como finalidade da instituição jornalística e o que é efetivamente realizado na organização jornalística segundo competências exigidas. A primeira é da dimensão normativa, enquanto a segunda é de ordem empírica. A organização é definida como “célula institucional”, onde se manifestam o que a instituição determina formalmente. É na organização que ocorrem os problemas institucionais e extrainstitucionais, além dos organizacionais e extraorganizacionais. É no nível das organizações que podemos compreender as responsabilidades e competências exigidas. Para Foucault, fazem parte do *status* dos indivíduos cargo, funções, ações e troca de informação que pode realizar, competências, atribuições e subordinação hierárquica.

Se admitirmos que dentre as finalidades da instituição jornalística estão informar, opinar, educar, divertir, prestar serviços e mediar, devemos admitir que toda composição discursiva de um produto jornalístico deve cumprir, pelo menos, uma finalidade. No entanto, não seria razoável dizer que algumas composições frequentes dos produtos jornalísticos atuais cumprem mais de uma finalidade institucional, enquanto outras não cumprem nenhuma? Nem todas as composições discursivas de um produto jornalístico são produzidas pela organização jornalística. Basta apontar as peças publicitárias, os textos de horóscopo, os *cartoons* e até mesmo os artigos. Os artigos são, em geral, composições de atores sociais pertencentes a outras instituições. Em que medida a instituição jornalística está implicada num artigo? E a organização jornalística? De que campo é o ator social do artigo?

Acreditamos que estas respostas só podem vir por uma compreensão clara das responsabilidades e competências empregadas. As responsabilidades estão ligadas aos compromissos efetuados pelos atos de linguagem e as competências constituem o que Ericson, Baranek e Chan (1987, apud Traquina, 2005) sistematizam como os saberes principais da atividade jornalística: “saber de reconhecimento”, “saber de procedimento” e “saber de narração”.

O saber do reconhecimento é o da leitura da realidade, que decide o que é noticiável, publicável. Trata-se de apuração, de checagem de informação, do que os norte-americanos consideram como verificação (Meyer, 1991) ou definem como “princípios intelectuais” (Kovach & Rosenstiel, 2004). O “saber de narração”, mais do que regras estilísticas, é um saber das lógicas enunciativas, conceitos e estratégias nas palavras de Foucault, por isso preferimos chamar de competência discursiva. Além destas, acreditamos na existência de mais uma competência: a de domínio, saber especializado sobre outra formação discursiva. A competência de domínio é própria dos colunistas, dotados de um saber aprofundado sobre objetos, parâmetros, conceitos de outro campo social em frequente diálogo com o campo jornalístico. A competência de procedimento, associada ao que se entende por apuração, não é empregada na produção de muitas composições discursivas. Algum valor-notícia, entretanto, pautas todas as composições publicadas num veículo de jornalismo de atualidade, assim como a organização jornalística participa em certo nível da publicação (seleção ou edição) ou disponibilização de todas as composições discursivas. Consideramos necessário medir esse nível de alguma forma.

<b>Competências empregadas pela organização jornalística em gêneros</b>				
<b>Gêneros/ competências</b>	<b>de reconhecimento</b>	<b>de procedimento</b>	<b>de discurso</b>	<b>de domínio</b>
<b>Notícia</b>	valores-notícia e pauta	apuração	redação e edição	superficial
<b>Nota</b>	valores-notícia e pauta	apuração	redação e edição	superficial
<b>Reportagem</b>	valores-notícia e pauta	apuração	redação e edição	superficial
<b>Entrevista</b>	valores-notícia e pauta	apuração	redação e edição	superficial
<b>Infográfico</b>	necessidade informativa	apuração	composição gráfica	superficial
<b>Coluna</b>	valores-notícia	apuração*	redação e edição	especializado
<b>Editorial</b>	valores-notícia	-	redação e edição	superficial
<b>Análise (francesa)</b>	valores-notícia	-	redação e edição	superficial
<b>Artigo (tribuna livre)</b>	valores-notícia	-	edição	profundo
<b>Crônica</b>	valores-notícia na Espanha	-	edição	profundo
<b>Chat</b>	valores-notícia	apuração*	redação e moderação	superficial
<b>Carta</b>	valores-notícia	-	edição	-
<b>Boletim de Agência</b>	valores-notícia	-	edição	-
<b>Fórum</b>	valores-notícia	-	moderação*	-

Fonte: (Seixas, 2008). Legenda: O [\*] representa a possibilidade. Pode ter apuração ou pode ter moderação.

Tabela 2 - Competências Empregadas pela Organização Jornalística em Gêneros.

O emprego da competência de procedimento é definitivo na satisfação da finalidade institucional de informar para qualquer organização jornalística. Quando não existe o emprego desta competência em pelo menos uma das fases produtivas da atividade jornalística desta organização, não se pode falar em “informar”. A competência de procedimento deve ser ainda de algum ator social desta rotina produtiva. Se não for, tem-se outro tipo de composição discursiva. Ou seja, a análise das competências empregadas deve estar associada ao estatuto dos participantes. Portanto, é preciso compreender com se dá o jogo da identidade discursiva na atividade jornalística.

## Identities discursivas

A identidade discursiva (Charron & De Bonville, 2004: 321)<sup>4</sup> é formada por três dimensões: sujeito comunicante, locutor e enunciador. O sujeito comunicante é uma das instâncias do pólo de enunciação criadas por Ducrot (1984), trabalhadas por Charaudeau (2004), Maingueneau e por Charron e De Bonville (2004). Sujeito comunicante se aplica à pessoa real que escreveu o texto ou ao ator social responsável por sua produção. O locutor é um “ser do discurso” relativamente independente de cada texto particular porque pré-existente ao texto. É com o locutor que o leitor reconhece no ato de comunicação. O enunciador é o autor tal qual ele se manifesta no texto a partir de indícios que ele deixa lá.

A instituição jornalística é locutor de todas as composições publicadas, tanto para os impressos como para os sites noticiosos analisados. Porque, como explica Mouillaud (1997), o nome do jornal é um conjunto de conotações que são condensadas sob seu nome no curso de sua história. O nome do jornal é um locutor presente com maior ou menor grau, a depender do nível de interferência institucional na composição. Nas composições chamadas de “gêneros informativos”, a instituição jornalística aparece, em geral, como locutor e enunciador, seja com marca da assinatura (“da redação”, “Redação e agências”, “Folha Online”, “Jornalista e agências”, “Le Monde”, “El Mundo”) ou com expressões (“A Folha apurou”, “A reportagem do El Mundo não encontrou”, “O Le Monde entrevistou”). Quando o jornalista aparece como única assinatura, a instituição jornalística pode ter menor força na dimensão de locutor, mas isto depende ainda do estatuto do outro participante (leitor real), que pode ser uma das fontes entrevistadas, por exemplo.

<sup>4</sup> « Le concept d'*identité discursive* désigne la représentation du locuteur que le sujet communicant et le lecteur réel construisent à partir des indices linguistiques que les énonciateurs laissent dans leurs textes.(...) » (Charron & De Bonville, 2004: 321).

<b>Gêneros por identidade discursiva</b>			
<b>Gêneros/ Identidade discursiva</b>	<b>Sujeito Comunicante</b>	<b>Locutor</b>	<b>Enunciador</b>
<b>Notícia</b>	OJ (chefe de reportagem, editor, repórter, redator, agência de notícia)	IJ (s) + Jornalista	Jornalista + IJ ou outra IJ
<b>Nota</b>	OJ (chefe de reportagem, editor, repórter, redator, agência de notícia)	IJ (s)	IJ ou outra IJ
<b>Reportagem</b>	OJ (chefe de reportagem, editor, repórter, redator)	Jornalista + IJ	Jornalista + IJ
<b>Boletim de Agência</b>	OJ (agência de notícia)	Outra IJ + IJ	Outra IJ
<b>Infográfico</b>	OJ (editor, repórter, redator, designer gráfico)	IJ	IJ + equipe (outra OJ)
<b>Análise</b>	OJ (chefe de reportagem, editor, repórter, redator, agência de notícia)	Jornalista + IJ	Jornalista
<b>Entrevista</b>	OJ (chefe de reportagem, editor, repórter, redator)	IJ + Ator social especialista + Jornalista	IJ + Ator social especialista + Jornalista
<b>Artigo</b>	Ator social especialista + OJ	Ator social especialista + IJ	Ator social especialista
<b>Coluna</b>	Colunista (jornalista ou ator social) + OJ	Colunista + IJ	Colunista
<b>Crítica</b>	Crítico (jornalista) + OJ (editor)	Crítico + IJ	Crítico
<b>Editorial</b>	OJ (editorialista, direção, editor-chefe)	IJ	IJ
<b>Carta</b>	Ator social + OJ	Não há + IJ	Ator Social
<b>Crônica</b>	Ator social especialista + OJ (Brasil e França) e OJ (Espanha)	Ator social especialista (Brasil e França) e jorna- lista + IJ (Espanha)	Ator social especialista (Brasil e França) e jornalista + IJ (Espanha)

Fonte: (Seixas, 2008). Legenda: OJ = Organização Jornalística; IJ = Instituição Jornalística.

Tabela 3 - Gêneros por Identidade Discursiva.

No manual de jornalismo de Ives Agnès (2002), principal referência das escolas de jornalismo francesas, alguns gêneros fazem parte de um grupo chamado “opiniões exteriores” para todos aqueles em que o importante é a opinião de ator social de outro domínio. Se as competências de reconhecimento, procedimento, de domínio e parte da discursiva são de ator social de outro domínio, porque não se separar essas composições em um tipo?

Não seria mais revelador e produtivo para o jornalismo se considerar as competências empregadas como critério de divisão? As competências, é certo, fazem parte do *status* dos indivíduos, um dos elementos a se analisar no estatuto dos participantes, ao lado da identidade discursiva. O estatuto dos participantes do pólo de enunciação é tão importante que exerce um grau de influência na realização dos atos de linguagem. Ou seja, as atribuições, competências, instrumentos de verificação, a identidade discursiva, todos esses elementos interferem na lógica enunciativa e são influenciados por esta.

## Lógica enunciativa

A lógica enunciativa trata da dialética do evento e da significação, problema fundamental da linguagem, problema fundamental da atividade jornalística. As lógicas enunciativas do discurso das instituições jornalísticas são constituídas por um tipo frequente de relação entre: objetos de realidade (OR), tópicos jornalísticos e compromissos realizados pelo ato de linguagem. Os OR, ou seja, a realidade atual constitui a matéria-prima do jornalismo. A grande maioria dos estudos do jornalismo trabalha com a concepção de que a prática jornalística trata apenas de fatos, o que não é verdade. Existe uma primeira diferença, em geral, não desconhecida entre fato e acontecimento. O fato é algo que passou, ocorrido (Gomes, 1994: 66-67), portanto, é o resultado de uma ação, passada. Já o acontecimento é fenômeno em processo, que se apresenta na atualidade. Os acontecimentos podem estar em ocorrência ou terem um dado grau de probabilidade de ocorrer (prováveis, previsíveis e possíveis). Existe, inclusive, uma série de tipos de objetos de difícil delimitação e nomeação pela linguagem. A realidade noticiável inclui o que é verificável pela simples observação, os chamados “objetos de acordo” (Perelman & Olbrechts-Tyteca) de fácil comprovação (passíveis de constatação intersubjetiva pela simples presença), “objetos de acordo” que não são passíveis de verificação (como estatísticas), até intenções de declarações, objetos abstratos impossíveis de se verificar e mesmo de se alcançar acordo.

Objetos de realidade mais frequentes da atividade jornalística	
Dissertação	Tese
declaração das fontes	declarações de autoridade (conhecimento, experiência ou testemunho)
fato de observação: fenômeno que pode ser constatado pela simples observação das pessoas. Fato ocorrido.	fato dado: 1) passível de constatação: fenômeno que pode ser constatado por simples observação intersubjetiva; 2) passado recente ou histórico: evento conhecido por uma sociedade, que pode ser provado por documentos ou registros.
fato suposto: fato passado ou atual. Quem anuncia o fato suposto não tem certeza de sua ocorrência;	fato suposto: o fato dado, enunciado sem certeza de realização
fato convencional: evento que ocorre por acordo social. São acontecimentos contratuais. Podem apontar para a ação futura. Quando são fatos ocorridos podem, em geral, ser comprovados com leis, normas, contratos, etc.	acontecimento convencional: ocorrência que se dá por compromisso social, em geral, previamente agendado. Em geral, indica ações futuras.

Acontecimento da conjuntura: acontecimento futuro com determinado grau de probabilidade de ocorrer. Pode ser invocado como consequência de fatos e acontecimentos atuais	acontecimento em processo: em ocorrência ou a ocorrer, podem ser ritualizados, possíveis, prováveis, previstos.
Estado de coisas e estado psicológico de pessoas (intenções, sentimentos). Não são constatáveis.	estado de coisas e estado psicológico de pessoas
'Verdades': saberes tidos como verdadeiros. Sistemas complexos de ligações entre fatos como objeto de acordo, relativo não só a teorias científicas, mas a saberes compartilhados e estabilizados pela experiência, mas que transcendem as experiências e estão em constante atualização	"verdades": 1) saberes tidos como verdadeiros; 2) sistemas complexos de ligações entre fatos como objeto de acordo, relativo não só a teorias científicas, mas a saberes compartilhados e estabilizados pela experiência, mas que transcendem as experiências e estão em constante atualização 3) dados, estatísticas com estatuto de verdade resultante de saber científico
fato do conhecimento: dados, estatísticas com estatuto de 'verdade' fruto de saber científico.	dados de saber especializado
	atores sociais (estado psicológico, comportamento, crença, qualidade, estatuto)
	situação de saber comum, saber social comum à sociedade e, portanto, ao público do veículo
	regras: 1) normas e regras conhecidas por uma sociedade 2) normas e regras de saberes especializados
	opiniões em acordo num momento determinado

Fonte: (Seixas, 2008).

Tabela 4 - Objetos de Realidade mais Frequentes da Atividade Jornalística

Em média, segundo amostra da tese, dos OR enunciados pelas notícias, 50% se realiza como fato passível de verificação ou constatação. Nas reportagens, a maioria é outro grupo de OR: articulação entre "objetos de acordo". A articulação, de alguma ordem, seja por sucessão apenas ou uma relação explícita de causa e consequência, parece originar um terceiro OR construído como enunciado, pois são formados pela conexão entre dois ou mais objetos.

Os *topoi*, segundo elemento da lógica enunciativa, funcionam como senso comum, parâmetros de acordo, pois constituem o saber social sobre objetos, ideias, opiniões (Amossy, 2006). Os tópicos jornalísticos são os lugares comuns sobre as relações entre os OR compartilhados pelos públicos, que autorizam determinadas conclusões e configuram, historicamente, lógicas enunciativas. Após uma exaustiva análise de composições, sugerimos os mais frequentes tópicos jornalísticos: 1) tópico do factual – crença intersubjetiva (coletiva) de que a atividade jornalística trata apenas de fatos e dados passíveis de constatação ou de verificação; 2) tópico da presença – crença intersubjetiva de que a "testemunha ocular" garante a função de checagem e verificação de informações do

jornalista-repórter; 3) tópico de autoridade – a crença intersubjetiva de que deve falar apenas aquele que é responsável por um evento, tem autoridade (cargo ou conhecimento) para explicar, justificar, analisar; 4) tópico da quantidade – a crença intersubjetiva de que quanto mais declarações têm uma composição, quanto mais pessoas foram ouvidas, mais exato é o conhecimento da realidade.

Os compromissos do ato de linguagem, terceiro elemento da lógica enunciativa, constituem o propósito reconhecido da ação efetivamente realizada ao se proferir algo. A pragmática defende que, ao se produzir um proferimento, está-se fazendo a emissão concreta e particular de uma sentença, de acordo com as condições de êxito (Austin, 1990; Searle, 1979). O compromisso se dá na e pela realização do ato linguístico<sup>5</sup>. O assertivo, mais comum ato linguístico de composições jornalísticas, teria como propósito comprometer o enunciador com a adequação da proposição à realidade. Ainda que o enunciador não tenha a intenção ou propósito de asserir, se for realizada uma asserção, estará comprometido com a “verdade da proposição”. Há uma constituição mútua entre objeto de realidade e compromisso realizado, pela qual o objeto de realidade reconhecido é aquele que se configura no ato da troca comunicativa, seguindo os parâmetros de interpretação. Para explicar como ocorre, utilizaremos alguns exemplos de análise da nossa tese, cujo *corpus*<sup>6</sup> se dedicou a tipos de ocorrências.

No dia 28 de março de 2007 se deu uma ocorrência numa das mais movimentadas estações de metrô ao norte de Paris. Esta ocorrência foi definida como “guerrilha urbana”, “afrontamentos violentos”, um “palco de violência”. Uma pessoa teria sido abordada por pular as catracas do metrô na *Gare du Nord* e resistido à abordagem dos controladores. Esta ocorrência teria gerado o que se viu em vídeos e imagens fotográficas, vitrines, totens luminosos, lixeiras sendo destruídas, e lojas sendo saqueadas. Comparando as principais matérias de *Le Monde* e *Lemonde.fr*, *El Mundo* e *Elmundo.es*, *Folha de S.Paulo* e *Folha Online*, destacamos exemplos representativos da dinâmica de constituição de um OR resultado de apuração jornalística realizado como objeto passível de constatação<sup>7</sup>:

<sup>5</sup> Em nossa dissertação de mestrado, chegamos à conclusão de que apenas cinco das doze dimensões são necessárias na realização do proferimento: 1) propósito ilocucionário; 2) força ilocucionária; 3) instituição extralinguística; 4) conteúdo proposicional; e 5) estatuto de falante e ouvinte. Seixas, Lia. **Os atos verbais jornalísticos. Um estudo dos ‘fazeres’ jornalísticos por editorias de política**. Dissertação de mestrado. Salvador, junho de 2000.

<sup>6</sup> Foram selecionados quatro grupos de ocorrências: 1) a eleição presidencial da França de 2007; 2) o massacre no campus de *Virginia Tech*, nos Estados Unidos; 3) incidentes nos metrô de Paris, São Paulo e Madrid; e 4) exposições de artes plástica. Os grupos incluem diferentes OR, se inscrevem em diferentes editorias e deram origem à produção de diferentes gêneros. Ao todo, foram analisadas 324 composições discursivas. Às ocorrências se somam outros quatro critérios: 1) veículos jornalísticos; 2) mídia; 3) editorias e 4) período. São seis veículos jornalísticos do “jornalismo de atualidade”, organizações tradicionais e de grande audiência: *Le Monde S.A*, *Folha da Manhã S.A* e *El Mundo*. Privilegiando a noção de gênero, selecionamos a mídia tradicional (impressos) e a nova mídia (webjornais). Um dos eixos para a seleção da amostra de composições são quatro editorias: internacional/mundo, cotidiano/sociedade, política/nacional e cultura/ilustrada. O período de análise corresponde a três meses do ano de 2007: março, abril e maio. Um período aleatório para o estudo de gêneros pressupõe que as composições se institucionalizam na prática social, portanto, se reafirmam no dia-a-dia.

<sup>7</sup> Essa é a dinâmica da tese: análise com exemplos representativos. Mas, por falta de espaço, não pudemos seguir aqui neste artigo.

<p><b>29/03/07</b> Le Monde</p> <p><b>Questions sur les violences de la Gare du Nord.</b></p> <p>Jeunes et policiers se sont affrontés durant plusieurs heures</p> <p>Gabriel Bourovitch et Piotr Smolar</p>	<p><b>29/03/07</b> El Mundo</p> <p><b>El rebrote de la guerrilla urbana calienta la campaña francesa<sup>8</sup>.</b></p> <p>Royal ataca a Sarkozy tras los graves incidentes ocurridos en una estación ferroviaria de París por la detención de un inmigrante desprovisto de billete</p> <p>RUBÉN AMON. Corresponsal</p>	<p><b>29/03/07</b> <i>Folha de S.Paulo</i></p> <p><b>Polícia de Paris usa gás contra jovens no metrô<sup>9</sup>.</b></p> <p>DA REDAÇÃO</p>
<p>A la suite d'un banal contrôle de titre de transport, mardi 27 mars, à la gare du Nord, à Paris, de violents incidents ont éclaté vers 16 h 30. <b>Un voyageur de 32 ans, en situation irrégulière, a été interpellé par des agents de la RATP après avoir tenté de frauder.</b> Cette interpellation a dégénéré en affrontements entre policiers et bandes de jeunes qui se sont prolongés jusque tard dans la nuit. Ils ont provoqué des dégâts dans la gare souterraine. Treize personnes dont cinq mineurs ont été appréhendées par les forces de l'ordre et placées en garde à vue. (...)</p>	<p>(...) La revuelta urbana se prolongó hasta la madrugada de ayer a raíz de un accidente anecdótico. <b>Los vigilantes del metro parisino retuvieron a un inmigrante congolés desprovisto de billete, pero no sospechaban que la maniobra fuera a provocar la indignación de un grupo de jóvenes de origen africano, ni imaginaban que la revuelta pudiera contagiarse a gran escala.</b> (...)</p>	<p>A polícia de Paris teve que disparar gás lacrimogêneo ontem na Gare du Nord, uma das principais estações de metrô da capital, para deter bandos de jovens que saquearam lojas e quebraram vitrines. <b>Segundo a polícia, os tumultos começaram quando um fiscal pediu o bilhete do trem a um dos jovens.</b> Grupos de vândalos logo começaram a jogar objetos na polícia e começou o confronto. Uma mulher teve que ser hospitalizada após inalar gás. (...)</p>

Tabela 5 - Comparativo Matérias Le Monde, El Mundo e Folha de São Paulo

Estes são os primeiros parágrafos das matérias principais nos impressos. Os três destaques em negrito têm como OR a ocorrência noticiável: o passageiro interpelado pelos controladores por ter tentado passar nas catracas do metrô sem bilhete. O OR trata de uma ocorrência inverificável por constatação, mas que é também uma ocorrência de natureza constatável por simples observação. Sabe-se, e este é um saber social prévio, que é possível presenciar a ação do passageiro pulando as catracas e sendo abordado pelos controladores. Inclusive poderíamos acrescentar que a população das três cidades sede dos veículos jornalísticos convive diariamente com o sistema de metrô e conhecem suas regras e sanções. O OR constituído no texto é o resultado, portanto, do saber jornalístico produzido por checagem de dados, contraposição de declarações de testemunhas e fontes oficiais, além de, possivelmente, documentos oficiais. Ou seja, um saber operado por determinadas competências, como a de apurar informação. Uma prova disto é que o único veículo em que o objeto é construído como “declaração” em ordem indireta é na *Folha de S.Paulo*, sem correspondente.

A força que o OR adquire na enunciação jornalística é de um fato dado como algo que foi constatado, embora tenha sido algo apurado por aqueles que assinam os textos. O grau de verossimilhança da adequação do enunciado à realidade vem de um tópico universal, que diz respeito ao conhecimento da natureza de uma ação, passível de observação inter-subjetiva. Este tópico origina o tópico jornalístico da presença, segundo o qual a condição de “testemunha ocular” garante a função de checagem e verificação de informações do jornalista-repórter. A assinatura, ou seja, o estatuto dos enunciadores faz parte do grau de verossimilhança, pois os nomes de jornalistas no início ou final do texto indicam que o jornalista foi testemunha das ocorrências descritas. Na *Folha de S.Paulo*, a opção pelo discurso indireto responsabilizando a fonte indica que o enunciador não se responsabiliza pela informação. Este conhecimento, no entanto, não é tão vasto a ponto de se tornar um tópico jornalístico, compartilhado pelo público-leitor da Folha. Mas se compartilha o saber de que, assim como em todos os outros textos da finalidade de informar, o veículo jornalístico tem responsabilidade sobre o que é afirmado.

Os objetos da formação discursiva jornalística são considerados, em princípio, verificáveis. Há uma ideia de que todo OR tratado pela atividade jornalística tem a qualidade de verificação (QV), ou seja, pode ser verificado por parâmetros do saber comum ou dos saberes científicos. Por isso, funciona ainda um elemento na determinação da força de verossimilhança de um OR realizado no ato comunicativo: o coeficiente de verificação (CV). O coeficiente de verificação de um OR é medido pelos tópicos jornalísticos. Essa dinâmica tem ainda um elemento: o nível de necessidade de verificação (NV) em determinado contexto para determinada ocorrência noticiosa. O OR pode ser passível de verificação, mas não haver necessidade de verificação, como, por exemplo, com intenções de testemunhas. Quanto maior for o CV de um objeto, maior o grau de verossimilhança (GV) e, consequentemente, mais próximo de uma evidência está.

O enunciado evidente é aquele cujos OR se apresentam como objetos de acordo. Portanto, o movimento dos assertivos é trabalhar com sua QV e seu CV de maneira que se realizem como fatos indiscutíveis. São os tópicos jornalísticos que funcionam como um sistema de mediação do nível de evidência dos objetos, consequentemente, no grau de verossimilhança dos assertivos. Por isso pode-se dizer que o discurso jornalístico estabelece rel(ações) argumentativas entre discurso e realidade. Trata-se da força argumentativa: uma dimensão inerente a numerosos discursos, o que não deve ser confundido com objetivo argumentativo (Anascombre & Ducrot, 1983: 164). Argumentar e ação argumentativa são essencialmente diferentes. O ato de argumentar pode fazer parte ou não de um pensamento argumentativo, como ocorre em diversas composições da organização jornalística. Enfim, o ato de argumentar não precisa, necessariamente, ter uma estrutura argumentativa/dissertativa.

As notícias, tanto de impressos quanto de digitais, apresentam, em geral, objetos de acordo, desde fatos, dados de realidade, situações contextuais, “verdades” de saberes especializados. Isto ocorre porque a competência de procedimento é exatamente trabalhar

com a máxima quantidade de objetos de acordo, isoladamente ou interrelacionados. As articulações entre alguns objetos parecem apenas se suceder. Essas articulações operam, no entanto, conexões também reconhecidas e aceitas intersubjetivamente como se fossem argumentos de acordo. O que estamos chamando de argumentos de acordo são os argumentos quase lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real ou que fundamentam a estrutura do real (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996). Dentre estes, se destacam os argumentos por comparação e pelo provável (quase lógicos), os argumentos pelo exemplo e pela ilustração (que fundamentam a estrutura do real) e argumentos de efeito e de autoridade (baseados na estrutura do real). Os argumentos, fundados em valores, hierarquias, tópicos, trazem os parâmetros de interpretação. Todos se mostraram recorrentes na amostra da tese.

## Potencialidades do mídiuim

O estudo separado por mídia instituiu, sem prévia discussão, a mídia como critério primeiro para a definição de gênero, sem, ao menos, se discutir como as propriedades destas mídias influenciavam na noção. Se é possível reconhecer uma entrevista nas rádios, nos impressos, na TV e nos sites noticiosos, certamente as características regulares destas composições perpassam as diferentes características das diferentes mídias. Por isso, a partir da comparação entre sistematizações sobre as propriedades das mídias digitais (Echeverría, 1999; Palácios, 1999; Bardoel & Deuze, 2000; Manovich, 2001; Díaz Noci, 2004) e da midiologia (Debray, 1991), investigamos quais características do mídiuim seriam determinantes ou apenas influentes para as mudanças de gênero. Chegamos à conclusão de que, dentre a operação de conhecimento, os sistemas semiológicos, os sistemas de transmissão e estocagem, de interação, de redes técnicas, de influências nas técnicas (de redação) e da relação tempo-espaço, três propriedades parecem determinantes: o sistema de transmissão, o sistema semiológico e a relação tempo-espaço.

Um exemplo claro da primeira são os *chats* e fóruns dos sites noticiosos. A interatividade, exigida com a troca simultânea para o chat e abertura do pólo de emissão em ambos, só existe na tecnologia digital. Outra necessidade é que a temporalidade seja sincrônica, quando todos estão em conexão ao mesmo tempo, situação de troca impossível para os impressos. Mesmo com a mesa redonda (*Table ronde*) dos jornais franceses em que se reúnem várias pessoas numa única entrevista, dentre estas pessoas não estão os agentes-receptores, que apenas vão ler. Entretanto, a interatividade que a mídia tem como potencialidade nem sempre opera com o seu nível máximo. É o que se pode falar sobre a televisão, cuja instantaneidade potencial do dispositivo foi submetida à lógica do mídiuim.

A possibilidade de escolher o código linguístico permitida pelo sistema semiológico multimidiático tornou explícito que cada código linguístico tem uma natureza diversa e serve

a dado objeto de realidade dentro do fazer jornalístico. Imagens em movimento servem a um propósito diferente do texto escrito e do gráfico. As imagens em movimento, frequentemente, têm a denominação do formato, como as imagens estáticas, e integram um gênero. Não há, ainda, nenhum formato em vídeo que tenha alçado o lugar de gênero jornalístico como o webdocumentário é para a área de cinema e vídeo. Ou seja, uma mudança de formato não implica em uma mudança de gênero<sup>8</sup>.

## Conclusões

Para que as composições discursivas da FDJ sejam consideradas gênero é necessário que se realizem na combinação regular de alguns elementos: **1) lógica enunciativa**, que se dá na relação entre objetos de realidade, compromissos realizados e tópicos jornalísticos; **2) força argumentativa**, que se dá na relação entre o grau de verossimilhança dos enunciados e o nível de evidência dos OR, medida pelos tópicos jornalísticos; **3) identidade discursiva**, que se dá na relação entre status (competências) e as dimensões de sujeito comunicante, locutor e enunciador no ato da troca comunicativa; e **4) potencialidades do mídiu**m.

As diferentes combinações destes elementos geram diferentes gêneros. Uma primeira divisão que propomos é a de **gêneros discursivos jornalísticos e gêneros discursivos jornalísticos**. Um gênero discursivo jornalístico deve, pelo menos: 1) ser produzido pela organização jornalística, empregando a competência de procedimento, e satisfazer a uma ou mais finalidades institucionais; 2) ter como enunciador, no ato da troca comunicativa, a instituição jornalística; 3) apresentar uma lógica enunciativa formada por compromisso de adequação do discurso à realidade, como objetos de acordo e/ou argumentos de acordo operados interpretados segundo tópicos jornalísticos. Já os gêneros discursivos jornalísticos<sup>9</sup> têm outra combinação: 1) a instituição jornalística não faz parte da dimensão do enunciador; 2) a competência de procedimento empregada não é de nenhum sujeito comunicante da organização jornalística, portanto é de outra formação discursiva; 3) a lógica enunciativa não trabalha, obrigatoriamente, como objetos de acordo e pode ser formada por compromissos de crença sobre a adequação do enunciado à realidade.

Ainda que estas combinações não se fortaleçam com o tempo, a ideia da regularidade de critérios e, especificamente, estes critérios para as combinações certamente abrem uma possibilidade de definição para a complexa e fundamental noção de gênero da atividade jornalística.

<sup>8</sup> Exemplo representativo é um vídeo sobre os confrontos na Gare du Nord em 28 de março de 2007. "Affrontements à la gare du Nord". Disponível em: [http://www.lemonde.fr/a-la-une/video/2007/03/28/affrontements-a-la-gare-du-nord\\_888738\\_3208.html](http://www.lemonde.fr/a-la-une/video/2007/03/28/affrontements-a-la-gare-du-nord_888738_3208.html). Acesso em fevereiro de 2009.

<sup>9</sup> O termo jornalístico, corruptela do "texto jornalístico" de Charron e De Bonville, se refere à produção no interior da organização jornalística consagrada à atualidade. "(...) Dans notre proposition, la notion de "texte journalistique" inclut aussi les produits journalistiques (...) non quotidiens (...)" (CHARRON & DE BONVILLE, 2004, p. 91)

## Referências

- AGNÈS, Y. (2002) *Manuel de journalisme. Écrire pour le journal*. Paris: La Découverte & Syros.
- AMOSSY, Ruth. (2006) *L'argumentation dans les discours*. Paris: Armand Colin.
- ANSCOMBRE, J. & DUCROT, O. (1983) *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Pierre Mardaga.
- BRIN, C; CHARRON, J; DE BONVILLE, J. (2004) *Nature et transformation du journalisme : théorie et recherches empiriques*. Sainte-Foy: Les Presses de l'Université Laval.
- CHARAUDEAU, P. (2006) *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- DEBRAY, Régis. (1991) *Cours de médiologie générale*. Paris: Éditions Gallimard.
- DUCROT, Oswald. (1984) *Les échelles argumentatives*. Paris: Éditions du Minuit.
- FOUCAULT, M. (1969) *L'arqueologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- GOMES, W. (1994) *Verdade e perspectiva (A questão da verdade e o fato jornalístico)*. In: *Revista Textos de Cultura e Comunicação, Nº 26, V. II*, Salvador.
- GUERRA, J. (2008) *O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística*. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS.
- IHLSTRÖM, C. (setembro de 2004) *The evolution of a new(s) genre*. Tese de doutorado, Gothenburg University. Disponível em: <http://www.hgu.gu.se/files/fakultetskansli/abstract/ihlstrom.pdf>. Acesso em 28/07/2008.
- MARCUSCHI, L.A. e XAVIER, A. C. (Org.) (2004) *Hipertexto e Gêneros Digitais*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- MARQUES DE MELO, J. (1994) *A opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2ª edição revista.
- PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. (1996) *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- RINGOOT, R. & UTARD, J. (2005) *Le journalisme en invention. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs*. Rennes, PUR, coll. Res Publica.
- SEIXAS, L. (junho de 2000) *Os atos verbais jornalísticos. Um estudo dos 'fazer(es)' jornalísticos por editorias de política*. Dissertação de mestrado. Salvador.
- SEIXAS, L. (2009) *Redefinindo os gêneros jornalísticos. Proposta de novos critérios de classificação*. Covilha: Labcom Books (UBI). Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/seixas-classificacao-2009.pdf>.
- TRAQUINA, Nelson. (2005) *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.

LIA SEIXAS é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea e professora da UFBA.

liaseixas@gmail.com

Artigo recebido em julho  
e aprovado em outubro de 2009